

Teorização Portuguesa do Jornalismo até 25 de Abril de 1974 – Ficha de obra

Autor GONÇALVES, José Júlio		Ano de elaboração (caso não coincida com ano de publicação)	Ano de publicação/impressão 1963
Título completo da obra <i>Política de Informação (Ensaaios)</i>			
Tema PRINCIPAL Teoria do Jornalismo			
Local de edição Lisboa	Editora Junta de Investigação do Ultramar - Centro de Estudos Políticos e Sociais (<i>Col. Estudos de Ciências Políticas e Sociais</i> , nº 61, 1963)		Número de páginas 208
Cota na Biblioteca Nacional e noutras bibliotecas			
Biblioteca: Biblioteca Pública Municipal do Porto		Cota: J6-8-40	
Biblioteca: Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto		Cotas: EA-CPS-50; ECPS/61	
Biblioteca: Univ. Cat. Bibl. João Paulo II		Cota: 3(082)CB-61	
Biblioteca: Fund. Calous.Gulb. Bib.Geral Arte		Cota: 15	
Esboço biográfico sobre o autor Natural de Pampilhosa da Serra, José Júlio Gonçalves nasceu a 19 de Janeiro de 1929. Doutorado pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (do qual foi professor extraordinário desde 1961) e em Ciências Políticas pela Universidade de Madrid. Membro do Centro de Estudos Luso-Árabes da Sociedade de Geografia de Lisboa, membro do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa e vogal director do Centro Português de Estudos Europeus. Autor de diversas obras e artigos, colaborou na preparação e revisão da <i>Classificação Decimal Universal</i> (edição abreviada portuguesa), publicada pelo Centro de Documentações Científicas do Instituto de Alta Cultura, 1954, e na <i>Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura</i> da Editorial “Verbo”. Esteve ligado, em 1984, à elaboração da moção da Nova Esperança (de um grupo de figuras do PSD, com Marcelo Rebelo de Sousa, Santana Lopes e Durão Barroso), de alternativa ao grupo de Pinto Balsemão e Mota Amaral. Fez parte do grupo de professores que saíram em divergência com a Universidade Livre e de cuja iniciativa partiu, em 1986 a criação da Universidade Moderna, da qual foi nomeado reitor, tendo sido Vogal da Direcção no triénio 1991-1993 e Presidente da Direcção, no triénio 1997-1999.			

Índice da obra

Prefácio: p. 11

Política de Informação: Concepções capitalista, comunista e cristã da Informação: p. 13

Sociologia da Literatura (Breves Considerações): p. 49

A Terminologia Científica e o Ultramar (Ciências Sociais): p. 85

Estrutura Religiosa da Guiné Portuguesa: p. 117

Alguns Números sobre o Protestantismo na África Ao Sul do Sara: p. 169

Resumo da obra (linhas mestras)

Esta obra aborda, segundo o prefácio do autor, temas cujo estudo não tinha, na época em que foi escrita, “tradição entre nós”. (p. 11). No primeiro capítulo, José Júlio Gonçalves começa por esclarecer a expressão – *Política de Informação* – tal como a concebe Dovifat, que evidencia o papel que a essa política cabe na formação da opinião pública. Discorrendo sobre as definições de Dovifat, o autor concorda que, em boa parte, elas giram à volta da “ideia de que a Política de Informação é preocupação essencialmente assinada pelos Governos” (p. 17). Refere que o prosseguimento de políticas informacionais se verifica também em organizações supranacionais, empresas e mesmo indivíduos com determinados estatutos sociais. Segundo o autor, várias são, pois, as instituições que adoptam políticas face à Informação: “uma força e, ao mesmo tempo, um instrumento poderoso de penetração psicológica” (p. 18). Tendo em conta a enorme amplitude da Política de Informação e o enorme peso da notícia nos acontecimentos, percebe-se o interesse por parte dos Estados e respectivos Governos e de outras instituições, na intervenção negativa ou positiva na Informação, condicionando-a muitas vezes apenas de acordo com os seus interesses, e percebe-se, também, a preocupação dos estudiosos acerca dos meios de informação e da sua conduta perante a atitude dos Governos em relação aos “veículos da comunicação social (p. 19)”. José Júlio Gonçalves considera, a título académico, dois tipos de Política de Informação: “a *Política de Informação de figurino capitalista* e a *Política de Informação de figurino comunista*” (p. 20), não deixando, no entanto, de tecer algumas considerações sobre a *Política de Informação da Igreja Católica*. Considera o autor que são três os aspectos essenciais comuns à política informativa dos dois modelos: a preocupação de informar e fazer propaganda; a ideia de informar e educar, porque a informação conduz à educação que cada um dos regimes considera útil; e a tendência para informar e “desinformar”. Em qualquer dos blocos a informação é usada como meio eficaz de difusão de ideias políticas e não só – “A informação é uma poderosa arma psicológica”. No seguimento do que anteriormente afirma, o autor esclarece que as informações transportam uma carga ideológica que se destina a influenciar as populações que vivem dentro e fora dos territórios dos respectivos Estados, provocando mudanças de opinião e atitudes políticas; salienta que educação e informação estão intimamente ligadas visto que a primeira é o “mais eficaz obstáculo que pode opor-se à difusão das ideias que se deseja não penetrem no espírito da população” pelo que não seria errado classificar a educação de propaganda (pp. 21-23); e finalmente explica que a “desinformação”, a chamada *lavagem ao cérebro*, desprende os indivíduos da antiga perspectiva ideológica, substituindo ou mesmo eliminando a velha formação, na angústia de proteger a ordem política que se considera adequada, ou para discriminar outra diferente. José Júlio Gonçalves discorre que por muito objectiva que a Política de Informação dos dois blocos em causa possa ser, por alguns, considerada, não fica alheia à influência “das correntes interiores, dos grupos de pressão, dos mitos, etc”. Em seguida o autor analisa o que mais representativamente caracteriza cada uma das Políticas de Informação dos exemplos capitalista e comunista, afirmando que a primeira se qualifica a si própria como livre, aberta e democrática, sendo a segunda geralmente considerada condicionada, fechada, ditatorial. Objectivando o assunto em questão, José Júlio Gonçalves adverte que não há, em nenhum lugar, uma Informação isenta de controle directo ou indirecto e, assim, a Informação do estado mais representativo dos Estados Capitalistas (EUA), é condicionada ao mínimo indispensável para manter a verdade e a objectividade que se deseja, facto parcialmente revelado, por exemplo, pelas leis da Televisão e Imprensa e pelo próprio mecanismo eleitoral. Este condicionamento é conforme à lei e o controlo geralmente admitido pelos cidadãos e apesar da existência de outros tipos de controlo exercido pelos grupos de pressão, pelo poder económico, à margem do Estado, que nem sempre têm como objectivo o bem-estar geral, “não pode identificar-se com o que se destina a proteger sistemática e indiscriminadamente o Poder”. O autor conclui que a Informação não é, no caso analisado, um instrumento do Governo, embora alguns órgãos possam servir os propósitos governamentais (pp. 24-26). José Júlio Gonçalves não duvida que a propaganda, instrumento cientificamente organizado, é, depois da intervenção dos grupos e dos proprietários dos meios de comunicação, o fenómeno que mais alteração causa na objectividade da informação nos EUA. de que se servem quer os particulares para atingir o poder, quer o Poder para subsistir, impor-se ou convencer; distinguindo-se, como indústria cultural particular que é, da comunista, que é estatal. O autor informa que pode dizer-se que a propaganda no bloco capitalista nem sempre confunde, domina e orienta as massas tornando-as espiritualmente alienadas, uma vez que não consegue sempre impedi-las de receber notícias fidedignas e verídicas e expressa o pensamento da generalidade dos estudiosos respeitante à Informação nos EUA afirmando-a como relativamente livre, aberta e democrática, apesar de o controlo económico e social de natureza privada, ser um mal numa Informação considerada livre. Seguidamente, José Júlio Gonçalves passa à análise da Informação no bloco comunista, tomando como paradigma a Informação na URSS, que caracteriza como sendo condicionada,

ou seja, controlada, dado que é governamental e partidária e que o autor afirma ter como objectivo principal a educação do povo permitindo-lhe a sua preparação política e cultural; é fechada, o que decorre do controlo que os órgãos políticos exercem sobre ela e é ainda, ditatorial. Segundo o autor, na URSS informação e propaganda são fenómenos que profunda e reciprocamente se penetram e confundem uma vez que quem informa “promove, directa ou indirectamente, a doutrinação dos indivíduos” (pp. 27-30). Refere ainda o autor, a propósito do carácter fechado da Informação no bloco comunista, que a Imprensa Regional permite que os seus colaboradores e leitores se ocupem de problemas políticos, possibilitando-lhes apenas pequenas discordâncias em relação aos problemas susceptíveis de prejudicar o prestígio do Partido Comunista e dos seus líderes. Quando se quer mostrar “neutro”, o Partido chega a fomentar críticas aos responsáveis particulares por quaisquer fracassos e deficiências. Isto leva José Júlio Gonçalves a considerar tendenciosos os que afirmam que a Informação da URSS é livre, classificando-a, ele, de “poderosa arma psicológica, que habilmente explora todas as fraquezas do adversário interno e externo” (pp.31-32). O autor explica também que um dos mais importantes aspectos da vida e sociedade contemporâneas que a URSS parece apostada em condicionar, gastando para tal somas astronómicas (objectivo a que se opõe a contrapropaganda anticomunista), é o impacto da *Informação-Propaganda* comunista no mundo não comunista, e conclui que tanto nos EUA como na URSS a Informação parece exprimir no seu condicionamento actual uma tendência crescente para o aviltamento das suas essência, estrutura, ética e objectivos (p. 33). Relativamente às considerações que tece sobre as linhas principais da *Política de Informação da Igreja Católica*, a de maior autoridade moral no Ocidente, Gonçalves afirma que a Igreja Católica, guardiã da ideia de expansão do catolicismo, tem vindo a combater no sentido de devolver à Informação a sua função social: ser objectiva, honesta, sem ferir a verdade e a moral, recomendações que faz aos manipuladores da Informação. O autor observa que o ideal seria a despolitização da Informação pois a mediação ideológica no processo em causa torna subjectivas e imprecisas as notícias que, às vezes, já de si, se tornam um serviço/produto de mercado, concluindo que, no entanto, a Informação não escapa às deformações que vão desde erros humanos a erros de transmissão e circulação alheios a factores humanos. Em seguida, José Júlio Gonçalves refere alguns aspectos curiosos relacionados com o facto do preço da Informação ou a sua simples dádiva constituírem dois obstáculos à propagação e circulação das notícias, como por exemplo, o facto de terem mais aceitação as notícias que se pagam a uma agência nacional ou mundial especializada do que as que a mesma agência oferece gratuitamente; isto tem diversas explicações nomeadamente os elevados custos de um bom dispositivo de verificação de notícias que permite ganhar a confiança dos destinatários, mas dificulta a difusão da informação. Aos obstáculos à difusão e circulação de notícias já indicados, o autor acrescenta, por exemplo, a carência de meios técnicos, a falta de quadros apetrechados, os entraves burocráticos, o analfabetismo e não duvida que as maiores dificuldades a vencer pela Informação autêntica são as inerentes aos aspectos negativos da Política de Informação, aludindo ao recurso à censura e outros instrumentos eficazes e poderosos, postos em prática por Governos com uma política menos aberta (pp. 34-36). No penúltimo ponto deste capítulo José J. Gonçalves fala-nos de forma breve da Liberdade de Informação. De três fenómenos que em grande parte decorrem da evolução das mentalidades dos povos e que são: o direito à Informação, o direito a informar e a obrigação de informar; da informação como dádiva, como privilégio concedido pelos chefes (em que os veículos por excelência das informações eram a “viva voz” e o “boato”), evoluiu-se, com o advento da imprensa e dos modernos meios audiovisuais, para um sentido de responsabilidade perante a Informação. Daí decorre a ideia de que todos os elementos que compõem a sociedade têm o direito de serem informados livremente e ao direito à informação segue-se a necessidade de opinar, de comunicar e informar os outros. O autor refere ainda que através dos *serviços de informação pública* os governos levam a cabo uma *missão social* institucionalizada que se exprime na obrigação de proporcionar informações aos cidadãos dos vários estratos sociais; é o que normalmente acontece nos estados capitalistas modernos em contraste com os estados totalitários de carácter comunista que possuem um violento mecanismo de controlo dado que a Informação é filtrada por organismos que chegam a impedir os cidadãos da recepção de informações objectivas (alusão à censura). O autor considera que o princípio da *liberdade de Informação* tem preocupado diversos organismos internacionais, nomeadamente a ONU, que também pela influência do artigo 19º da *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, tem proclamado amplamente a sua adesão a esse princípio com dupla forma – liberdade de Informação e de ser informado. José Júlio Gonçalves refere ainda que, também através da UNESCO, se tem procurado obter a cooperação internacional com o fim de ampliar os meios de comunicação, alargar as áreas por eles abrangidas atingindo um número de pessoas cada vez maior, contribuindo assim, os diversos organismos para a liberdade de Informação. O autor conclui este capítulo com um resumo das principais actividades, meios, métodos e problemas da UNESCO (p.p.37-44). No capítulo 2 da obra em questão, em que tece breves considerações sobre a Sociologia da Literatura, o autor discorre sobre o livro como meio de comunicação social clássico, afirmando que a Literatura, o livro não só fornece formas de comportamento, mas também os conserva; sendo espelho de certas épocas, arquivo tradicional da *Cultura* humana influencia a *Sociedade* e é influenciado por ela.(...) A diminuição da *distância psicológica* entre *autor e leitor*, pode ter profundas influências no fenómeno literário conduzindo à chamada literatura de segunda categoria, pelo que é um aspecto importante do estudo dos sociólogos (da literatura e da comunicação). Estes, não devem confundir a *difusão* de uma obra literária com o seu *valor* artístico, nem deixar de tomar nota de que a *subliteratura* desempenha uma função social (sobretudo junto das massas) mais marcada e representativa que muitas obras-primas; a *difusão* destas últimas reduz-se muitas vezes a uma *elite* o que as afasta dos efeitos da comunicação literária na opinião e atitudes dos leitores (p.p. 57-60). (...) Integrada na política cultural levada a cabo pelos Governos há, diz o autor, um aspecto fundamental: a *política do livro* de que faz parte a fundação de bibliotecas móveis e fixas cuja existência tem, entre outras consequências, a de influenciarem as atitudes perante a vida pelas obras que os leitores terão ao seu alcance. (...) Finalmente, as *instituições sociais* actuam como instrumentos de controlo (do qual alguns tipos não são entendidos pelo literato) que pode ser positivo ou negativo, mas que pode levar ao “conformismo, à cristalização” (p.p. 78-80). Os outros capítulos da presente obra não são sobre jornalismo, pelo que não foram objecto de resumo.

Nome completo do autor da ficha bibliográfica: Duarte Nuno da Cunha Pernes
E-mail: d16770@hotmail.com